

# **Encontro “O MAR E A ENGENHARIA COMO PILARES DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”**

## **“A atração de investimento na economia do Mar dos Açores”**

Exm<sup>o</sup> Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Ilustres convidados

Minhas senhoras e meus senhores:

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite que me foi endereçado para participar neste encontro, e felicitar a Ordem dos Engenheiros pela realização deste evento, durante o qual, com a intervenção de oradores de inegável prestígio, será debatida uma temática que a todos os açorianos interessa.

A conjuntura económica adversa com que nos defrontamos veio tornar por demais evidente a necessidade de uma mudança estrutural. E o tema deste encontro remete-nos precisamente para as condições estruturantes necessárias

ao desenvolvimento dos Açores, tendo o Mar como elemento central desse processo de desenvolvimento.

Com efeito, tornando-se sem qualquer dúvida necessário dinamizar um conjunto de medidas de curto prazo, que proporcionem a criação de condições que contribuam para a sustentabilidade das empresas açorianas cujo potencial de negócio continua viável, o que o Governo dos Açores tem vindo e continuará a fazer, sabemos também que importa perceber que estão em marcha, a uma escala global, alterações estruturais que teremos todos de ter em conta: o governo, as empresas, os trabalhadores, e as universidades, ou seja, a sociedade em geral. Na verdade, tenhamos presente que os desafios com que hoje nos defrontamos são substancialmente diferentes dos do passado. Precisamos por isso de respostas novas para um mundo em mudança.

Que desafios nos colocam então as mudanças estruturais em curso? Desde logo, os que decorrem da perda de competitividade que o espaço europeu tem vindo a assistir para zonas como os países asiáticos. Depois, os associados às alterações demográficas, ou os relacionados com a questão energética, ou ainda com as alterações

climáticas. É por demais evidente que está a surgir um novo mundo multipolarizado em que o poder é mais difuso e a dinâmica internacional mais complexa. Com um crescimento mais lento do que os seus principais concorrentes, a quota-parte da União Europeia na riqueza mundial está, inevitavelmente, a declinar.

Neste contexto, e com o objetivo de relançar a economia europeia, no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, a Comissão Europeia concebeu a estratégia Europa 2020. Com esta estratégia pretende a Comissão promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, assente numa economia baseada, respetivamente, no conhecimento e na inovação, numa maior eficiência em termos de utilização dos recursos, de modo a ser mais ecológica e competitiva, e, por último, níveis elevados de emprego que assegurem a coesão social e territorial. Estes são em traços gerais os objetivos a alcançar no próximo quadro de aplicação dos fundos estruturais, com a finalidade de ultrapassarmos os desafios atrás enunciados.

No sentido de operacionalizar a estratégia Europa 2020, a Comissão Europeia decidiu centrar a mesma nas regiões,

em consonância com uma lógica territorial do desenvolvimento económico, assente nas suas vantagens competitivas e recursos endógenos. Esta abordagem, mereceu mesmo a designação de “especialização inteligente” no sentido em que, partindo da realidade intrínseca de cada região, no que são as suas vantagens e recursos próprios, promove a escolha, em processos participados por todos os atores regionais, de um número restrito de domínios de atividade económica com elevado potencial de criação de riqueza e de emprego. Em síntese, cada região, partindo de uma visão de futuro participada e interiorizada pelos seus habitantes, deve procurar o grau de especialização económica que lhe proporcione fatores de diferenciação face às restantes regiões.

E este é o ponto onde queríamos chegar. Parece-nos, e estou em crer que à maioria dos açorianos, que as atividades ligadas à denominada *economia do mar* se encontram entre aquelas que nos Açores deverão integrar uma estratégia de especialização inteligente, designadamente no que concerne às atividades tradicionais da pesca, transformação e conservação de pescado, ou ao transporte marítimo, portos e logística, ou mesmo ao turismo náutico, sendo que outras se poderão juntar como

a construção e a reparação naval, os equipamentos marítimos relacionados com equipamento e eletrónica naval ou de exploração submarina, ou de arquitetura e engenharia naval, ou de software, ou ainda a exploração de recursos geológicos, entre outras possíveis. Tenha-se em conta que a indústria naval é uma “indústria de ponta”, com uma componente tecnológica e de conhecimento progressivamente mais vincada. Certamente que durante este encontro teremos reputados especialistas que abordarão algumas destas áreas de atividade económica que consubstanciam a denominada *economia do mar*. No entanto, queria deixar aqui a nota de que, embora o potencial seja evidente, o seu aproveitamento só será possível, em toda a sua plenitude, se soubermos mobilizar os nossos recursos, principalmente no que ao conhecimento diz respeito, o que implica uma forte aposta na qualificação dos nossos recursos humanos, em especial dos mais jovens. Este é, em nossa opinião, o fator decisivo e sobre o qual todos teremos de refletir.

Ainda a propósito da *economia do mar*, permitam-me uma referência ao Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, que se encontra em preparação, e que certamente irá elencar um conjunto de atividades

económicas centradas no mar, com elevado potencial de desenvolvimento, e que promoverão a diversificação da economia açoriana de uma forma sustentada, assegurando a proteção dos ecossistemas marinhos. Saliente-se que este plano de ordenamento vem na sequência e se encontra devidamente alinhado com as políticas que, ao nível da União Europeia, a Comissão Europeia vem desenvolvendo, encontrando-se inclusive em preparação por parte da mesma um pacote de financiamento conjunto para a Política Comum das Pescas e a Política Marítima Integrada para o período 2014-2020.

Temos assim, e em síntese, a possibilidade de desenharmos uma estratégia que tenha o mar como um dos elementos centrais, um novo quadro de aplicação dos fundos estruturais para os anos 2014-2020, um plano de ordenamento do espaço marítimo em curso, uma vontade política inequivocamente afirmada de que o futuro dos Açores passa pelo mar e, certamente, uma sociedade que, vivendo desde sempre rodeada pelo mar, saberá nestes novos tempos tirar partido do mesmo, com um novo olhar que o conhecimento possibilita, garantindo em simultâneo a sua preservação.

O tema que aqui me traz hoje prende-se com a atração de investimento na economia do Mar dos Açores, e por isso considerei importante fazer um enquadramento genérico acerca das condições estruturantes para a captação de investimento. Deixem-me que faça, igualmente, uma referência às condições que nos Açores já existem, favoráveis à atração de investimento. De facto, temos um conjunto de infraestruturas propícias à *economia do mar*, estando outras planeadas ou em construção, como é o caso do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel no domínio das infraestruturas de base tecnológica. Temos também em vigor sistemas de incentivos muito favoráveis à alavancagem do investimento privado e ao desenvolvimento de atividades económicas, que terão certamente continuidade no próximo quadro financeiro dos fundos estruturais 2014-2020, um novo regime de licenciamento, facilitador das atividades económicas, um fundo de capital de risco, que irá ser incrementado num futuro próximo, e ainda legislação específica que estabelece o regime jurídico de acesso e utilização de recursos naturais para fins científicos conducentes à emergência de novos produtos ou setores de negócios, salvaguardando a proteção daqueles recursos.

Por outro lado, dispomos de uma rede – a Rede Prestige Azores - de conselheiros de alto nível nos mais variados domínios científicos, tecnológicos e empresariais, e estamos igualmente fortemente empenhados no fomento da inovação e do empreendedorismo, considerando este último numa ótica mais ampla de uma nova atitude de proatividade e criatividade favorável ao incremento do protagonismo da iniciativa privada na vida económica regional.

Em resumo, e no âmbito de políticas de desenvolvimento regional, estamos a desenvolver um conjunto vasto e devidamente integrado de medidas favoráveis à atração e captação de investimento, interno e externo, que não deixará naturalmente de ser dirigido às atividades económicas inseridas no âmbito da economia do mar.

Muito já foi feito, mas temos perfeita consciência que estamos perante um desafio de longo alcance, que requer consistência e vontade política, empresarial, ou dos nossos investigadores e cientistas, bem como da sociedade em geral, alinhados numa estratégia comum, para que as condições de captação de investimento sejam as mais apropriadas e com propostas de diferenciação ajustadas à



atração do mesmo. Deixem-me que saliente novamente a questão do conhecimento e do capital humano que, e muito bem, constitui o tema central deste painel, até porque consideramos a *economia do mar* como uma *economia do conhecimento*. Penso que este é um aspeto a que deveremos dar a máxima importância, como condição de base para o desenvolvimento de atividades inseridas no domínio da economia do mar e a que não deixaremos de dar a adequada resposta.

Efetivamente, existe hoje um consenso geral acerca do enorme potencial da *economia do mar*, destacando-se essencialmente duas áreas, uma em torno das atividades ditas tradicionais, como a pesca, os portos, os transportes marítimos, ou a construção e reparação naval, e, uma outra, dita de emergente, como a exploração de recursos geológicos ou da biotecnologia azul. Em todo o caso, importa aferir, por um lado, qual é o verdadeiro potencial associado à *economia do mar* e, por outro, como podemos de facto proceder à sua exploração. E é aqui que entra a questão do conhecimento e da investigação. Como sabemos, a Universidade dos Açores tem vindo, através do DOP, a desenvolver um trabalho muito meritório, internacionalmente reconhecido, neste domínio. Contudo,

entendemos que se torna necessário conjugar mais esforços, juntar mais recursos, dirigidos não só às atividades emergentes, aquelas cujo potencial parece ser mais relevante, mas também às atividades tradicionais, no sentido de aumentar o seu valor económico e, simultaneamente, garantir a sua sustentabilidade, como é, por exemplo, o caso das pescas, ou mesmo a questão, para os Açores central, da logística e dos transportes marítimos. Sendo atividades tradicionais, algumas com séculos, o conhecimento e a investigação podem aportar às mesmas a inovação tão necessária à sua sustentabilidade económica e ambiental.

Estamos certos que a *economia do mar*, diríamos mesmo **uma nova *economia do mar***, irá emergir nos Açores e que não deixará de oferecer motivos de atração de investimento, interno e externo, conducentes à sua dinamização e conseqüente criação de riqueza e de emprego nesta nossa região. Estamos convictos que não faltará o empenho e a vontade política, e que teremos sempre presente a necessidade absoluta de criarmos as condições tendentes à rentabilização de todo o investimento, que venha a ser feito em prol da dinamização de atividades económicas que contribuam para um melhor

bem-estar de todos os açorianos. **Nós estamos no centro do Mar e o Mar estará no centro do nosso desenvolvimento económico e social, hoje e no futuro.**

Muito obrigado pela vossa atenção!

Ponta Delgada, 25 de março de 2013